



Crítica ao Novo Desenvolvimentismo

Tainam Marinho Pessoto¹

Resumo

A realidade latinoamericana foi e é condicionada por sua posição no mercado mundial. Com a chegada do capital-mercantil europeu às terras latinoamericanas, inicia-se um processo de cisão com todas as estruturas sociais do continente consolidadas até então e se formam as colônias de exploração. Com o desenvolvimento das forças produtivas no centro do sistema, começam os processos de independência política na América Latina. É neste momento que a região participará mais ativamente do processo de acumulação de capital na Europa. Consolida-se nesse período a Divisão Internacional do Trabalho (DIT). A DIT tem como base econômica uma relação hierarquizada entre as nações, onde os países industrializados apropriam-se de parte do excedente gerado nos países exportadores de alimentos e matérias-primas. A posição que cada país ocupa no mercado internacional determinará sua posição como país central ou país periférico. O Brasil encontra-se na periferia do sistema. Com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo este cenário muda e o Brasil entra em um novo momento em sua história, esta é a tese defendida pelo Novo Desenvolvimentismo. Nesse artigo mostrarei como esta tese não se sustenta empiricamente e teoricamente e como o governo do Partido dos Trabalhadores não supera as contradições fundamentais da dependência econômica. A crítica deste trabalho é feita a tese de doutorado de Aloízio Mercadante.

Palavras-chaves: Dependência, Novo Desenvolvimentismo, Superexploração, Partido dos Trabalhadores.

Crítica al Neodesarrollismo

Resumen

La realidad latino-americana fue y sigue siendo condicionada por su posición en el mercado mundial. Con la llegada del capital-mercantil europeo, empizan los procesos de colonización en el territorio latino-ameircano. Solamente con el desarrollo de las fuerzas productivas en el centro és que empiezan los processos de indepenca política de la región. És en este momento que los países participarán mas activamente del processo de acumulación de capital en nível mundial. Se consolida la División Internacional del Trabajo (DIT). La DIT tiene como base una relación de subordinación entre las naciones, donde los países industrializados se apropian de parte del excedente generado en los países exportadores de alimentos e matérias-primas. La posición que cada país ocupa en el mercado internaiconal determinará su posicion como país central, o periférico. Brasil se encontra en la periferia del sistem. Cuando assume el gobierno del Partido de los Trabajadores (PT), se cambian las relaciones básicas de dependencia y el país puede ahora disfrutar de un nuevo desarrollo, como nunca antes en su historia. Esta és la tesis defendida por el Nuevo Desarrollismo y que yo criticaré en este

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

artículo, fundamentalmente a la tesis de doctorado de Aloizio Mercadante.

Palabras-Claves: Dependencia, Nuevo Desarrollismo, Superexplotación, Partido de los Trabajadores

Critic of the new developmentalism

Summary

The reality of Latin America was and is conditioned by its position in the world market. With the arrival of mercantilist capitalism to its lands a process of scission begins in the social structures of the continent, which was to that moment consolidated. The development of the productive forces is one of the reasons that gave impulse to the political independence processes in Latin America. It is in this period, that the region will participate more actively in the European capital accumulation process. In this moment the International Labor Division (ILD) is consolidated. The ILD has in its economic basis a hierarchical relationship between nations, where the industrialized countries have part of the surplus value appropriated from the countries who export mainly raw materials and agricultural products. The position which a country occupies in the world market determines whether it is in the system's core or periphery. Brasil is in the system's periphery. With the rise of the Partido dos Trabalhadores to government, this tendency is reverted, and Brazil enters a new moment in its history, this is the thesis advocated by the New Developmentalism. In this paper I will show how this thesis does not sustain itself theoretically and empirically and how the PT government does not overcome the fundamental contradictions of economic dependency. The critic of this paper is done towards Aloizio Mercadante's doctoral thesis.

Keywords: Dependency, New Developmentalism, Overexploitation, Partido dos Trabalhadores.

Introdução

Os anos recentes são um período único na história do Brasil. Nunca antes um operário havia chegado à presidência, assim como nenhum outro partido, do tamanho do Partido dos Trabalhadores (PT) – um verdadeiro “guarda-chuva” dos maiores movimentos sociais brasileiros – havia chegado ao governo nos últimos 30 anos. O partido possuía apoio de quase todos os setores que se encontravam à esquerda, desde o campesinato, sindicatos, operários, estudantes, até intelectuais e artistas de esquerda. O PT apresentava-se como uma alternativa real capaz de romper com os dilemas da dependência e do subdesenvolvimento brasileiro. Isto é, com a chegada do partido ao governo o Brasil alcançaria um novo patamar na história, mudando as relações básicas de dependência historicamente desenvolvidas em nosso país. Esta é a tese defendida por Aloizio Mercadante em seu trabalho de doutorado intitulado “As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)”.

O Novo Desenvolvimentismo tem como principal virtude crescer com distribuição de

renda e estabilidade econômica². Nos termos de Mercadante, as políticas econômicas e sociais do governo PT levaram o Brasil a uma “inflexão histórica³”. Segundo o autor, o desenvolvimento capitalista brasileiro passa, nas décadas anteriores ao governo PT – principalmente após a crise dos anos 80 – por um período de políticas econômicas (abertura comercial e financeira, fragilização financeira do estado) que agravaram os conflitos distributivos, elevando a concentração da renda e riqueza e reforçando a exclusão social. Este cenário começa a mudar quando o padrão histórico de acumulação baseado na concentração e exclusão deixa de ser o eixo estruturante da economia, dando lugar à questão social (MERCADANTE, 2010). Nas palavras de Mercadante:

(...) o social passou a se constituir em um dos eixos estruturantes do Novo Desenvolvimentismo brasileiro (...) o social foi o principal eixo estruturante do Novo Desenvolvimentismo no Brasil, em seu primeiro momento. Tal característica representa, obviamente, como já afirmamos, uma profunda ruptura com as políticas do período em que predominava a hegemonia do paradigma neoliberal. Ela representa também uma ruptura com o padrão de acumulação histórico do país, caracterizado pela concentração e exclusão. (MERCADANTE 2010 p.20, grifos meus).

Para Mercadante (2010), o desenvolvimento capitalista brasileiro e suas políticas de estado (com o governo PT) mudam seu sentido. A acumulação capitalista não tem mais como objetivo a “exclusão social” e a concentração da riqueza, mas sim um crescimento “responsável”, que não apenas eleva a renda no país, mas que também a distribui de forma “justa” elevando as condições daqueles “menos favorecidos” pelo sistema. Esse padrão de acumulação se deve à relação de dependência que se desenvolve historicamente e que passa por transformações, até chegar ao seu ponto mais desenvolvido. Portanto, esta contradição apontada por Mercadante, é uma questão estrutural do desenvolvimento do capitalismo a nível mundial e se reflete na periferia de forma específica. Sem qualificá-la desta forma, Mercadante leva o debate econômico para o campo da moral. O autor levanta uma série de fatores que seriam responsáveis por mudar o caráter de acumulação capitalista brasileiro, ao

² Entre outros autores ver: João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renaut Michel “Por que novo-desenvolvimentismo”; Bresser Pereira “O Novo Desenvolvimentismo”, “O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo” e “Macroeconomia estruturalista do Novo Desenvolvimentismo”. Talvez o nome mais conhecido e ligado ao Novo-Desenvolvimentismo seja o do economista Bresser Pereira. Assim como Mercadante, as teses de Bresser estão longe de significar um avanço em relação ao “velho” desenvolvimentismo, tanto teórica como praticamente. Tanto Bresser quanto Mercadante fracassam e passam longe dos reais problemas que os países dependentes enfrentaram e enfrentam. Optou-se pela tese de Mercadante devido a centralidade política que ele possui no país – duas vezes Ministro da Educação, Chefe da Casa Civil e ex-senador. Mas, a maior parte das críticas que realizei neste artigo (principalmente sobre a Nova Divisão Internacional do trabalho) cabem também as outras teses Novo-Desenvolvimentistas.

³ Ver Mercadante “As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil. Análise do governo Lula (2003-2010)”.

mesmo tempo em que exclui do debate a questão da dependência econômica, uma das variáveis fundamentais que condiciona o desenvolvimento dos países dependentes. Neste trabalho mostraremos quais as condições econômicas que, segundo o autor, possibilitaram as transformações estruturais deste novo momento histórico que supera os anos de pobreza e subdesenvolvimento. Em seguida, demonstrarei como esta argumentação não se sustenta empiricamente.

De acordo com Mercadante as condições que geraram a estrutura e a base social para a consolidação do Novo Desenvolvimentismo foram as seguintes:

(...) obtenção de uma sólida estabilidade econômica, para além do mero controle da inflação, com a superação da vulnerabilidade externa da economia e o correto equacionamento das dívidas externas e interna, foi outro avanço do Novo Desenvolvimentismo no Brasil, o qual contribuiu para fundamentar a sistematicidade dos atuais processos de distribuição e de inclusão social. (MERCADANTE, 2012 p.21).

Dentro deste cenário algumas políticas econômicas tiveram centralidade. Estas políticas foram responsáveis por garantir a estabilidade macroeconômica, dando assim a possibilidade ao governo do PT de gerar crescimento, ao mesmo tempo em que conseguiu diminuir a pobreza extrema e as desigualdades de renda e riqueza. São elas: **diminuição da vulnerabilidade externa; questão cambial e as reservas em dólar (redução dos riscos da instabilidade financeira); “desendividamento” externo; e o social como eixo estruturante do desenvolvimento - aqui entram as políticas de inclusão social e distribuição de renda, que são as bases da ampliação do mercado de massas.**

Passemos agora aos pontos levantados acima. Mostraremos como alguns deles não se sustentam, empírica e teoricamente.

Diminuição da “Vulnerabilidade Externa”

O conceito de vulnerabilidade externa é insuficiente, principalmente porque ele mascara a categoria de dependência econômica. Não obstante, ele traz à tona o debate sobre as relações de dependência que existem entre os países e que se expressam através do mercado capitalista mundial.

Obviamente os países estão sujeitos às condições “externas”, ou às contradições e crises do capitalismo que com o próprio desenvolvimento da relação capital e trabalho, se tornam cada vez mais crises globais - grande depressão de 1929, crise do petróleo dos anos de

1970 e recentemente a crise 2008/2009. Essas crises atingem todos os países, pois a partir do período pós-guerra o capitalismo ganha contornos cada vez mais globais, integrando ainda mais as relações capitalistas de produção. O controle das grandes empresas multinacionais (de forma direta ou indireta, via aquisição de ações) de parcelas cada vez maiores de mercados de consumo e de força de trabalho por todo o mundo, a dependência política e econômica dos distintos estados nacionais e o desenvolvimento do capital financeiro, tornam as grandes depressões do sistema, depressões em escala global. É lógico afirmar que os Estados Unidos ou a Alemanha, possuem uma posição no mercado internacional hierárquica em relação aos países da África Central, isto é, suas economias absorvem muito mais valor do mercado do que estas últimas, tornando-as, menos “vulneráveis” à questão externa. Entretanto, isto não explica porque este fenômeno ocorre. Dizer apenas que a África Central possui maior vulnerabilidade externa do que Alemanha e os EUA, sem ao mesmo tempo estabelecer como se dão as relações políticas e econômicas destes países dentro do sistema capitalista mundial e da Divisão Internacional do Trabalho faz com que, tenhamos uma visão contábil sobre a realidade. Portanto, o conceito de “vulnerabilidade externa” é insuficiente para entendermos todas as complexas relações que se estabelecem hoje entre estados e povos independentes politicamente, mas que dependem economicamente de todo o mercado mundial. Mercadante ignora estes fatores e “tira” do mercado mundial a DIT e a estrutura produtiva interna de cada país. Por sua vez, Filgueiras e Gonçalves avançam em relação à Mercadante. Os autores percebem que há uma “vulnerabilidade externa estrutural”. Todavia, também tiram do debate as relações de dependência econômica que existem entre as nações.

O que Mercadante defende como “uma das mudanças estruturais mais importantes realizadas pelo governo Lula” (MERCADANTE, 2010), para Filgueiras e Gonçalves, não passa de uma “redução conjuntural da vulnerabilidade externa” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007). Para Mercadante, esta mudança estrutural, representada pela diminuição da vulnerabilidade externa, colocou o país num outro patamar. Onde, apesar da conjuntura financeira e econômica internacional foi possível retomar o crescimento, enfrentando com êxito a crise (MERCADANTE, 2010).

Três fatores são fundamentais para o êxito do governo PT: 1) geração de superávits comerciais expressivos; 2) Redução dos riscos da Instabilidade Financeira; 3) O “desendividamento” do país com o exterior. Atentemo-nos sobre o primeiro ponto.

A geração de superávits comerciais, segundo Mercadante, se deu graças às políticas

adotadas pelo governo Lula⁴. Aqui cabem algumas ponderações: 1) o grande crescimento da economia mundial nos primeiros anos da década de 2000, sendo que “no período 2003-2006, a taxa de crescimento econômico real foi 50% maior do que a média histórica” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007); 2) o aumento do preço das commodities, ou seja, “no período 2003-2006 o petróleo acumula elevação de preços superior a 150%, enquanto as outras commodities acumulam aumentos de preços de 80%” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007); 3) o aumento da liquidez internacional⁵, que leva a uma expansão das reservas internacionais mundiais, que mais que duplicam entre 2002 e 2006 (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007); 4) e a desvalorização cambial realizada durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) no ano de 2001.

Todos esses fatores expostos acima levaram de fato a um equilíbrio do Balanço de Pagamentos brasileiro durante o governo Lula. Entretanto, afirmar que tivemos uma “mudança estrutural” na economia brasileira significa que Mercadante ao construir sua argumentação se “esqueceu” de alguns pontos importantes, que quando confrontados com as ideias defendidas pelo autor fazem estremecer os pilares centrais de seu raciocínio.

A afirmativa de que

Embora o país tenha ampliado seu coeficiente de abertura comercial, *a dependência do país em relação às exportações é muito menor do que a maioria dos demais países*, incluindo os parceiros estratégicos dentro e fora da América do Sul. Isso explica, em parte, a menor profundidade dos efeitos da contração do comércio mundial sobre a economia e a nossa capacidade de recuperação do nível de atividade, independentemente da normalização das correntes de intercâmbio com o exterior (MERCADANTE, 2010, p.134, grifos meus)

[...] não passa de pura ideologia⁶. A participação dos produtos básicos (commodities) durante os governos Lula e Dilma nas exportações brasileiras aumentou, chegando a 44,58% em 2010 e 48,67% em 2014. Enquanto, a importação de produtos industrializados manteve-se

⁴ “Em oposição ao modelo anteriormente adotado – que resultava na geração de déficits e absorção de recursos externos –, o governo Lula investiu no aumento das exportações e na mudança de foco do intercâmbio comercial, ampliando as relações dos países com parceiros de importância estratégica também do ponto de vista de sua projeção geopolítica, como é o caso da América do Sul, da China e do Oriente Médio. As gerações de expressivos superávits comerciais daí decorrente teve um forte impacto sobre as contas externas, modificando *radicalmente* o modelo de financiamento da economia” (MERCADANTE, p. 130, *As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do governo Lula (2003-2010)* grifos meus).

⁵ “O fator determinante do aumento da liquidez internacional é, sem dúvida, o chamado ‘déficit gêmeo’ dos Estados Unidos, ou seja, o déficit das contas externas e o déficit das contas públicas. O resultado é que o restante da economia mundial encontra-se frente a uma situação de ‘excesso de dólares’ (FILGUEIRAS e GONÇALVEZ p.43 “A Economia Política do Governo Lula”).”

⁶ De forma resumida entendemos ideologia por “aquele sistema de representações e valores estatuídos em uma sociedade que preserva a ordem material existente e contra a qual se ergue em um momento dado a *consciência* das classes que, dentro dessa ordem, são exploradas” (Ludovico Silva, “A mais-valia ideológica”, p.57).

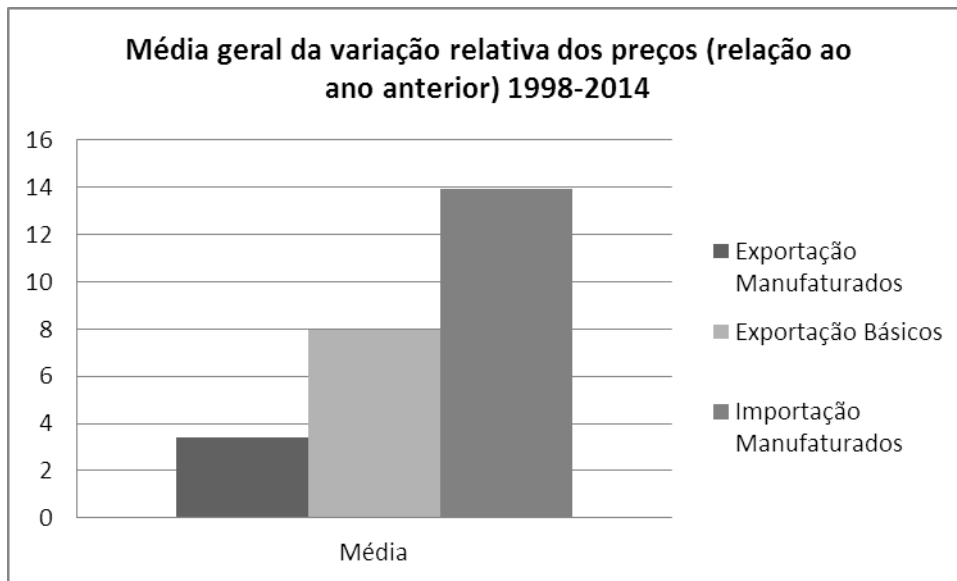
constante (a média da participação destes produtos durante o período 1998-2014 é de 84%), como mostra a tabela a seguir (na tabela utiliza-se a denominação do MDIC para as commodities, são os produtos básicos). Porém o fato mais importante é a variação no preço destes produtos. A variação relativa média dos preços dos produtos básicos é de 7,96%, enquanto a variação relativa média dos produtos manufaturados importados é de 13,91% (ver gráfico). Por mais que a variação relativa dos preços dos produtos manufaturados exportados seja muito menor (3,41%)⁷, a troca das exportações (produtos manufaturados, por commodities) não consegue mudar o quadro geral; a variação relativa dos preços importados é maior que do que os exportados. Ou seja, em momentos de queda da demanda internacional destes produtos (podemos ver isso pelo próprio comportamento das importações e exportações; a participação dos produtos manufaturados é constante nas importações, enquanto as exportações brasileiras variam muito ao longo do mesmo período; “dependemos” muito mais do mundo, do que o mundo de nós), ou queda abrupta de seus preços (como ocorreu com o petróleo nos anos 1970), o país apresentará novamente déficits *significativos* em sua balança comercial.

Tabela 1: Exportações/Importações brasileiras por produto

Ano	Exportações (%)				Importações (%)		
	A-Produtos Básicos	B-Produtos Ind.	1-Semi-manuf.	2-Manuf.	B-Produtos Ind.	1-Semi-manuf.	2-Manuf.
1998	25,4	73,3	15,9	57,5	87,2	3,0	84,3
1999	24,6	73,6	16,6	56,9	87,6	3,2	84,5
2000	22,8	74,5	15,4	59,1	86,9	3,8	83,2
2001	26,4	70,7	14,2	56,5	87,8	3,4	84,4
2002	28,1	69,5	14,9	54,7	85,4	3,6	81,8
2003	29,0	69,2	15,0	54,3	83,1	4,0	79,1
2004	29,6	68,8	13,9	54,9	81,4	4,5	76,9
2005	29,4	68,6	13,5	55,1	81,4	4,3	77,1
2006	29,3	68,5	14,2	54,3	81,2	4,7	76,5
2007	32,1	65,8	13,6	52,3	82,0	4,7	77,3
2008	36,9	60,5	13,7	46,8	81,6	5,1	76,5
2009	40,5	57,4	13,4	44,0	85,3	4,0	81,3
2010	44,6	53,4	14,0	39,4	86,9	3,9	83,0
2011	47,8	50,1	14,1	36,1	85,8	4,2	81,7
2012	46,8	51,0	13,6	37,4	86,9	4,0	82,8
2013	46,7	51,0	12,6	38,4	86,1	3,4	82,6
2014	48,7	48,6	12,9	35,6	86,2	3,4	82,8

Fonte: MDIC, elaboração própria.

⁷ Estas médias foram calculadas com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Há outro dado que também chama atenção. Os principais produtos manufaturados exportados pelo Brasil no período 1998-2014 são: aviões; partes e peças para veículos automóveis e tratores; automóveis para passageiros; produtos laminados planos de ferro ou aço; e açúcar refinado. Os produtos de baixa densidade tecnológica (açúcar refinado e os laminados), assim como a produção de automóveis (capital estrangeiro), mostram como não tivemos de fato uma mudança em nossas exportações referente aos produtos de alta tecnologia, mesmo dentro da produção de bens industrializados, tanto no governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) e seus sucessores do Partido dos Trabalhadores.

Gráfico 1: Variação dos Preços das Exportações e Importações brasileiras

Fonte: MDIC, elaboração própria. Obs: foram utilizados a variação dos 10 principais produtos nas exportações e importações brasileiras em cada ano do período analisados. Totalizando um total de 27 produtos para as importações manufaturadas, 21 para as exportações manufaturadas e 15 produtos de exportações de produtos básicos.

A “dependência do país em relação às exportações” não é muito menor “do que a maioria dos países”. Pelo contrário, nossa balança comercial hoje depende muito mais da variação dos preços das commodities (que como no caso do petróleo podem variar por uma série de fatores⁸), do que de produtos de alta densidade tecnológica, por exemplo. Como mostram os números a tese de Mercadante de que, as exportações e os mega superávits primários brasileiros mudam a inserção do Brasil no mercado mundial⁹, diminuindo nossa “vulnerabilidade externa”, não se sustenta empiricamente, não passando de mera variação conjuntural. Há um total esquecimento do autor sobre as categorias desenvolvidas pelos autores da CEPAL e da Teoria Marxista da Dependência. Ambos reconheciam que havia uma transferência de valor dos países periféricos para os países centrais e que isso era uma das

⁸ “(...) no caso do petróleo há inúmeras incertezas críticas que, de uma forma ou de outra, afetaram ou continuam a influenciar a formação de preços desta commodity. Entre estes fatores podem ser destacados; pressão de demandas (Estados Unidos e China); conflito na Rússia; guerra no Iraque; sabotagem na Venezuela e na Nigéria; risco de sabotagem na Arábia Saudita; apreciação do dólar; especulação; estoques baixos nos países consumidores; baixa capacidade ociosa; atuação da OPEP; e catástrofes naturais” (Filgueiras e Gonçalves, p. 42 “A Economia Política do Governo Lula, 2007”).

⁹ Um dos argumentos levantados por Mercadante é a participação da China em nossa balança comercial. Ao olharmos para a balança comercial de fato a participação da China cresce muito nos anos 2000, mas a relação é a mesma: venda de produtos básicos e compra de manufaturados. Em 2010 a China representava 15,25% do total das exportações brasileiras, dentro deste total 6,61% era minérios de ferro e 3,53% soja mesmo triturada. Já as importações chinesas em 2010 representavam 14,08% do total, dentre os produtos estavam, partes de aparelhos transmissores ou receptores (0,79%); máquinas automáticas para o processamento de dados e suas unidades (0,57%); e partes e acessórios de máquinas automáticas para processamento de dados (0,58%). Esta relação é a mesma em 2015, ver <http://www.mdic.gov.br//sítio/interna/interna.php?area=5&menu=5031&refr=1161>.

condicionantes do mercado mundial e das relações de dependência entre as nações. Passemos agora ao caso do balanço de pagamentos e o aumento das reservas internacionais de dólares.

Sobre a estabilidade financeira.

Adota-se no Brasil no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), um regime de “câmbio misto”¹⁰. Neste regime a taxa de câmbio varia de acordo com as flutuações da moeda estrangeira, entretanto, o Banco Central (BC) pode interferir na taxa de câmbio comprando e vendendo moeda no mercado cambial – em ambos os casos a compra e venda é realizada a uma taxa fixada (PAULANI, 2010). Este é um dos motivos para que o país possua Reservas Internacionais. Desta forma há certo controle do BC sobre a taxa de câmbio que tem impacto, principalmente sobre as importações e exportações; influenciando também o crescimento e a taxa de inflação no Brasil. Outro motivo que fez aumentar as reservas foi o crescimento das dívidas adquiridas no exterior pelas empresas nacionais.

Para adquirir reservas internacionais o país precisa de um saldo positivo (superávit) em seu Balanço de Pagamentos (BP), ou seja, precisa receber mais dólares do exterior do que envia. Este saldo depende da soma entre o saldo da Conta Capital e Financeira (entram nesta conta as movimentações de capital e movimentos financeiros, isto é, investimentos diretos, em ações ou carteiras, capitais de curto prazo, títulos, etc.) e o saldo em Transações Correntes do País (soma dos saldos entre a Balança Comercial, a Conta Serviços e Renda e as Transações Unilaterais). Esta é a conta: para adquirir reservas internacionais o país precisa apresentar um saldo positivo em uma dessas contas (ou nas duas) maior do que um saldo negativo na outra. Para o caso brasileiro, o grande déficit do país, que se verifica historicamente, aparece na conta de Serviços e Renda¹¹. Ao final do processo se o saldo for positivo o Estado compra os dólares transformando-os em reserva.

A tabela do Balanço de pagamentos demonstra como o acúmulo das reservas internacionais foi possível devido: ao aumento dos preços das commodities no período 2003-2007, que gerou saldos positivos nas Transações Correntes; e à entrada de dólares, via conta financeira, que evita que o BP apresente déficits ao longo do tempo, o que esvaziaria as reservas internacionais - caso não houvesse a entrada deste tipo de capital, o país apresentaria um problema de divisas, isto é, haveria um escoamento de dólares forçando o país a utilizar suas reservas.

¹⁰ Ver Paulani, “A Nova Contabilidade Social uma introdução à macroeconomia” p. 157, 2010.

¹¹ De 1980 a 2014 o país apresenta déficits nesta conta, ver <http://www.bcb.gov.br/?SERBALPAG>.

Tabela 2: Balanço de Pagamentos 1994-2014

US Bilhões	Conta Capital e Financeira	Conta Financeira	Transações Correntes	Balança Comercial	Serviços e Renda	Renda	Serviços
1994	8692	8518	-1811	10466	-14692	-9035	-5657
1995	29095	28744	-18384	-3466	-18541	-11058	-7483
1996	33968	33514	-23502	-5599	-20350	-11668	-8681
1997	25800	25408	-30452	-6753	-25522	-14876	-10646
1998	29702	29381	-33416	-6575	-28299	-18189	-10111
1999	17319	16981	-25335	-1199	-25825	-18848	-6977
2000	19326	19053	-24225	-698	-25048	-17886	-7162
2001	27052	27088	-23215	2650	-27503	-19743	-7759
2002	8004	7571	-7637	13121	-23148	-18191	-4957
2003	5111	4613	4177	24794	-23483	-18552	-4931
2004	-7523	-7895	11679	33641	-25198	-20520	-4678
2005	-9464	-10127	13985	44703	-34276	-25967	-8309
2006	17021	16152	13643	46457	-37120	-27480	-9640
2007	89086	88330	1551	40032	-42510	-29291	-13219
2008	29357	28302	-28192	24836	-57252	-40562	-16690
2009	71301	70172	-24302	25290	-52930	-33684	-19245
2010	99912	98793	-47273	20147	-70322	-39486	-30835
2011	112381	110808	-52473	29793	-85251	-47319	-37932
2012	70010	71886	-54249	19395	-76489	-35448	-41042
2013	74353	73159	-81227	2286	-86879	-39778	-47101
2014	98399	97809	-91288	-3959	-89251	-40323	-48928

Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Alguns dados são importantes sobre as contas de Renda e Capital. Um deles é a participação média das Rendas de Investimento Estrangeiro Direto (IED) - uma das subcontas da conta de rendas - em relação ao total da conta de Rendas que foi de 40,83% no período 1994-2014; a maior parte desta renda equivale a Lucros e dividendos (uma das subcontas, da conta Renda de Investimento Estrangeiro Direto). Em relação ao total, esta conta representa 81,25% da conta de Rendas de IED. Outro dado é a participação média da Renda de Investimentos em carteira (subconta da conta de Rendas), em relação ao total da conta de Renda que foi de 34,55% para o mesmo período. A soma da participação média destas duas contas (Renda de IED e Investimento em Carteira) é de 75,38%. Ou seja, 75% da renda enviada ao exterior, no período 1994-2014 se dá pelo envio de lucros e dividendos dos Investimentos Estrangeiro Direto (IED) e pelos juros de títulos de renda fixa e mercado de ações.

Vamos ao outro lado do Balanço (positivo), a Conta Capital e Financeira. A Conta Financeira representa quase que 100% do total da conta durante o período. Deste total a média da participação do IED (que é investido quase que todo na participação no capital das empresas) é de 60,30% e a participação média dos Investimentos Estrangeiros em Carteira (ações de companhias brasileiras e títulos de renda fixa) é 61,04% (esta soma é superior a 100%, por que as outras duas contas que compõem a conta financeira têm participações médias negativas, dado o sinal em que estas aparecem no balanço, são as médias dos derivativos (líquidos) e outros investimentos).

Ou seja, o mesmo capital que entra via Conta Capital e Financeira sai na conta de Rendas. Para remediar a “doença” do BP, causada pela conta de Rendas e Serviços, utiliza-se do veneno, a Conta Capital e Financeira. O mesmo capital financeiro que adoce nosso Balanço de Pagamentos, enviando renda ao exterior, aparece como cura logo depois apenas alguns quadros abaixo na tabela do Balanço.

Para onde iria o “colchão amortecedor [reservas cambiais] de eventuais movimentos de desestabilização cambial ou financeira” (MERCADANTE, 2010, p. 153, parênteses meus), caso houvesse, por exemplo, uma elevação da taxa de juros nos Estados Unidos, ou um ataque especulativo sobre a moeda (via investimentos em carteira, através dos capitais especulativos e de curto prazo)? A “estratégia defensiva do governo” surtiria algum efeito para controlar os enormes rombos que apareceriam, caso a rentabilidade dos títulos estadunidenses se tornasse maior do que os investimentos financeiros no Brasil? O que aconteceria, caso houvesse uma disparada no dólar, via mercado cambial e por consequência um aumento inflacionário no país? Este cenário com certeza traria grande instabilidade política. Com a saída de capitais do país (seja especulativo, ou de investimento direto), ou com um ataque especulativo sobre o real, o BC teria de aumentar os juros evitando uma disparada na taxa de câmbio, o que provavelmente geraria déficit na Balança Comercial (caso não houvesse aumento do preço das commodities), reduzindo ainda mais os gastos públicos (via aumento da taxa Selic e seu impacto sobre a dívida pública), levando a um descontentamento das classes trabalhadora e média no país, gerando assim uma crise social bastante profunda. Isto levaria pelos ares todo o esquema proposto por Mercadante¹². Esta projeção tornou-se realidade no momento em que escrevo (a crise que hoje vivemos se inicia fundamentalmente em nossa balança comercial, caso houver uma saída de dólares do país a crise se agravará ainda mais), mas uma análise científica tem obrigação de prever este tipo de cenário, pois, suas condicionantes já faziam parte da realidade de nosso país há pelo menos vinte anos. Não há, portanto, como sustentar que houve uma diminuição da instabilidade financeira, gerada pelo câmbio, ou pelo volume das Reservas Internacionais, pois nenhum destes dois fatores tem impacto, ou consegue mudar a estrutura atual de nosso Balanço de Pagamentos.

¹² Obviamente Mercadante reconhece a volatilidade e a dependência do país em relação ao sistema financeiro internacional: “Na ausência de um marco regulatório adequado à nova configuração do sistema financeiro internacional, tudo isso pode contribuir para o estabelecimento de um *novo tipo de vulnerabilidade*, agora não associada, principalmente, às necessidades de financiamento externo da economia mundial, mas sim gerada dentro e como parte da própria dinâmica da globalização financeira” (Mercadante, op.cit. p. 142, grifos meus). O grotesco é justamente o reconhecimento dessa vulnerabilidade de “novo tipo” aparecer apenas como um adorno em sua tese, descolada de toda argumentação anterior; sem questionar se de fato esta “mudança estrutural” realizada pelo governo Lula ocorreu e conseguiu superar a condição de dependência do país! Como vimos empiricamente essa mudança de fato não ocorre.

“Desendividamento” do país com o exterior

O terceiro aspecto levantado por Mercadante é o “desendividamento” externo, ou seja, há uma troca no período do governo PT entre dívida externa e interna, passando esta a aumentar e aquela a diminuir. De fato isto ocorre¹³. Sem entrarmos nos impactos que o alto valor da Dívida Pública Federal (DPF) têm sobre o excedente econômico social e sua apropriação, essa mudança é um dos pilares que sustenta a “diminuição da vulnerabilidade externa”.

Mesmo tendo “trocado” as dívidas do país, há um fator muito importante que não podemos deixar de lado. A Dívida Interna possui dois indexadores: a taxa Selic e a taxa de câmbio. Ou seja, caso uma destas duas variáveis aumentem o impacto sobre os gastos do governo será enorme. Não há, portanto, qualquer garantia de que esta “troca” tenha diminuído a vulnerabilidade do país em relação ao exterior. Filgueiras e Gonçalves chamam a atenção para outro fator muito importante:

A questão central é que a redução foi produto apenas da diminuição da dívida externa líquida do setor público, propiciada por grandes superávits na balança comercial e pelo crescimento das reservas cambiais (de US\$ 37,8 bilhões ao final de 2002 para US\$ 84,6 bilhões em dezembro de 2006). Portanto, qualquer reversão na situação internacional, que piore o balanço de pagamentos do país, poderá aumentar rapidamente o total da dívida pública como proporção do PIB – com o seu montante absoluto dando um grande salto (FILGUEIRAS e GONÇALVES, p.107).

Em outras palavras, caso haja uma queda no preço dos produtos exportados brasileiros (que como vimos tem sua variação sempre abaixo dos importados) e um saída de capitais (devido a um aumento da inflação diminuindo a rentabilidade dos investimentos em carteira, por exemplo), poderá haver uma pressão gigantesca no BP, fazendo com que as reservas não sejam suficientes para cobrir o saldo negativo (já que elas também são utilizadas para controle da taxa de câmbio pelo BC). Isso levaria o país a recorrer novamente a empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI), fazendo crescer a dívida externa, aumentando em muito a DPF. Novamente vemos a fragilidade no argumento do autor que se esquece de fazer

¹³“A Dívida Pública Federal (DPF), que inclui a dívida interna e externa do governo, registou uma alta de 1,83% em termos nominais na passagem de abril pra maio, somando R\$2,496 trilhões. (...) Segundo nota do Tesouro Nacional, a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), que representa o endividamento em títulos públicos, teve seu estoque ampliado em 1,64% ao passar de R\$2,333 trilhões em abril para R\$2,372 trilhões em maio.” (Valor Econômico, acessado em 02/07/2015, disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/4104872/divida-publica-federal-cresce-em-maio-e-vai-quase-r-25-trilhoes>).

projeções – bastante possíveis - dentro das bases econômicas que determinam a dependência brasileira.

O “tripé” desenvolvido por Mercadante - “desendividamento” externo, mega superávits primários e a “redução dos riscos da Instabilidade Financeira” - não vê que seus pés se encontram fixados sobre aquilo que lhe causa sua própria instabilidade: o capital financeiro. A dependência que o país hoje possui em relação a este tipo de capital, extremamente volátil e de curto prazo (PAULANI, 2010) e que pode ser vista através da análise histórica do nosso BP, não deixa dúvida de que não há qualquer rompimento, por parte do governo petista, para superar esta relação de dependência. “Uma das mudanças estruturais mais importantes realizadas pelo governo Lula” é de fato uma mudança estrutural, mas não é realizada pelo seu governo – ela tem início nos anos 1990 e se concretiza no início dos anos 2000 – e tampouco muda as estruturas fundamentais da dependência. A abertura da conta financeira realizada neste período é a expressão dessa mudança.

Por fim, Filgueiras e Gonçalves, diferentemente de Mercadante, não constroem argumentos tão desvairados, se esquecendo deste elemento tão básico, as relações de dependência constituídas historicamente. Todavia, falham ao reconhecer na sociedade um modelo, como se a atual estrutura econômica brasileira tivesse sido pensada pelos governos petistas ou tucanos e que continua sendo posta em prática de acordo com os interesses de determinado grupo político. Eles não percebem o que é central: de que forma as classes dominantes se inserem na nova dinâmica do capitalismo dependente e atuam nela para se reproduzirem enquanto tal? O conceito de “modelo liberal periférico” utilizado para definir o Governo Lula é insuficiente, porque não consegue perceber na realidade quais as condicionantes que levam as classes que detêm o poder material e político na sociedade capitalista a perpetuarem determinado tipo de relação social; a relação de *dependência*. Portanto:

A melhora de algumas variáveis macroeconômicas tem legitimado politicamente a manutenção do modelo liberal periférico e dado novo fôlego à política econômica ortodoxa. Esse desempenho se assenta, direta ou indiretamente, na melhora das contas externas do país, em particular os grandes saldos positivos na balança comercial, que se tornaram decisivos para a dinâmica do modelo, ao dar-lhe o mínimo de estabilidade. No entanto, a consolidação de estruturas produtivas de produção e especialização retrógradas, bem como as políticas contraditórias do governo Lula, apontam para o aprofundamento da vulnerabilidade externa estrutural do país (FILGUEIRAS e GONÇALVES, p. 93).

Não nos explica o motivo do apoio das classes dominantes (sejam os industriais, latifundiários e o capital financeiro) ao governo Lula. Há algum grupo dentro do bloco

dominante que perdeu com este novo “modelo liberal periférico”? Por que a burguesia brasileira “troca de modelo” a cada crise, seja ela interna ou externa? Como fica a relação de exploração dentro deste modelo? Estas perguntas ficam soltas dentro da argumentação de Filgueiras e Gonçalves, já que ela não responde a outra questão fundamental: como se dá a reprodução do capital (tanto material, quanto política) no governo Lula? Para entendermos estes fenômenos devemos primeiramente olhar para a realidade e perceber nela relações sociais que estão interligadas umas nas outras, que criam entre si uma relação mútua de dependência e não modelos hipotéticos, ou vulnerabilidade de tipo A e tipo B. Apenas dessa forma conseguiremos analisar material e objetivamente a realidade. Sem isso, a afirmativa de que “a melhora de algumas variáveis macroeconômicas tem legitimado politicamente a manutenção do modelo liberal periférico e dado novo fôlego à política econômica ortodoxa”, nunca dará conta de responder quais as necessidades da burguesia e qual a estratégia por ela adota, para a manutenção das relações básicas de dominação.

O Social como Eixo Estruturante

Segundo Mercadante, o governo do presidente Lula rompeu com uma lógica histórica no Brasil: sempre, ou em alguns momentos, cresceu o bolo, mas nunca o dividiram de forma justa. Nas palavras de Mercadante:

A retomada dos *investimentos públicos*, a reconstrução do sistema de crédito interno, as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico, os estímulos ao setor privado dirigidos à expansão dos investimentos, da produção e das exportações, e as políticas de renda e de inclusão social, conseguiram, especialmente a partir de 2004, romper com a inércia e irregularidade do crescimento e reverter a tendência à concentração de renda e à ampliação das desigualdades sociais. O país passou a viver, assim, *um processo que combina crescimento econômico e distribuição de renda* (MERCADANTE, p.156, grifos meus).

Nesta “nova versão de desenvolvimento” o país entrou numa espécie de “etapa histórica dourada”¹⁴, nunca antes vista por nenhum cidadão brasileiro. Não é necessário muito esforço para ver como este discurso trata os fatos de maneira muito sutil, induzindo quem o lê a crer que as políticas econômicas do PT são únicas e que nunca nenhum outro governo

¹⁴ “Mas *ninguém pode negar* que esse novo processo de desenvolvimento já é historicamente inovador, produziu resultados extraordinários em curto prazo e deu início ao que denominamos, fazendo referência a Goethe, na introdução, de ‘etapa histórica dourada’. Pode parecer exagero, porém *duvidamos* que se possa assinalar um outro período histórico do Brasil com realizações tão expressivas em todos os campos da vida nacional.” (Mercadante, op.cit. p.499 grifos meus). A história é o chicote das palavras, ainda mais quando ditas de forma tão descuidada como as proferidas por Mercadante.

esteve preocupado com os problemas de pobreza e miséria e os resolveu, como o Partido dos Trabalhadores. Contudo, é necessário que se faça a crítica e dentro das limitações deste trabalho, tentaremos fazê-la da maneira mais cirúrgica possível.

As “novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico” não superam o caráter de dependência que este setor possui em relação aos países centrais. Em 2007 as indústrias intensivas em alta tecnologia representaram cerca de 30% do PIB mundial. Fazem parte deste setor tanto a produção industrial quanto de serviços. Com relação aos serviços intensivos em tecnologia e conhecimento do total produzido, US\$ 9,5 trilhões, cerca de US\$6,1 trilhões foram produzidos pelos Estados Unidos e pela Europa (BREDA, 2011). A tendência é parecida no setor produtivo¹⁵. Outro dado que chama atenção é o investimento em P&D (pesquisa e desenvolvimento), que durante os anos de 2002-2007 no Brasil manteve-se constante – cerca de 1,1% do PIB. Mesmo tendo aumentado em termos absolutos, de US\$ 13,2 bilhões para US\$ 20,2 bilhões, o dado ainda é muito inferior ao dos países centrais e é aproximadamente cinco vezes inferior aos dispêndios da China (BREDA, 2011). O número total de patentes registradas no Brasil no ano de 2007 foi de 2.451, sendo que destas 2.271 foram feitas por não-residentes (BREDA, 2011). Os dados não se alteraram para 2013, sendo que das 2.972 patentes registradas 2.587 foram registradas por não-residentes (WIPO, 2014). Apesar de todos os esforços realizados pelo governo PT não podemos afirmar que houve qualquer tipo de desenvolvimento tecnológico que colocasse o país nos patamares almejados por Mercadante¹⁶.

O desenvolvimento industrial nacional não apresenta uma melhora muito significativa em relação ao período anterior. A média anual da utilização da capacidade instalada para o setor industrial no período 1994-2001 é de 81,40%, enquanto a do período 2002-2014 é de 83,05% (em 2015 este dado começa a cair, chegando a outubro do ano passado a apenas 79,2%), apresentando uma melhora de apenas 1,64%¹⁷. Os dados não diferem muito quanto à Formação Bruta de Capital Fixo, como veremos em seguida. Com estes dados podemos concluir que a tese segundo a qual, o governo do PT desenvolveu o setor industrial para a partir daí, “distribuir” renda, não possui qualquer tipo de fundamento. Os investimentos

¹⁵ “Com relação às cinco principais indústrias de alta tecnologia – 'comunicação e semicondutores', 'farmacêutica', 'instrumentos científicos'; 'aeroespacial'; e 'computadores e maquinaria para escritório', os EUA lideram com 31%, seguidos pela Europa, com 25% da produção de tais setores” (BREDA, 2011, p.70-71, disponível em <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia302665>).

¹⁶ Alguns dos produtos que figuram entre os 10 mais importados, no período 1998-2014 ilustram esta dependência. São eles: medicamentos para medicina veterinária e humana; circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos; instrumentos e aparelhos de medida, de verificação, etc. Fonte: MDIC.

¹⁷ Estes dados foram elaborados na base de dados do Ipeadata, disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>, macroeconômico, tema/contas nacionais.

(FBCF) não deram qualquer tipo de salto no período, caso houvesse, poderíamos falar em um aumento real da produtividade do setor industrial levando, por exemplo, a uma queda no preço dos produtos que entram na cesta básica do trabalhador. Além disso, não há um crescimento da utilização da capacidade instalada que tenha chegado aos níveis da década de 1970 – a utilização em 1973 foi de 89,75%. Novamente a tese de Mercadante entra em total contradição: como “as políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico (...) conseguiram, especialmente a partir de 2004, romper com a inércia e irregularidade do crescimento e reverter a tendência à concentração de renda e à ampliação das desigualdades sociais”? Como isso é possível se não houve desenvolvimento industrial, ou tecnológico durante todo o governo petista? Mostramos aqui como a tese de Mercadante é feita com base em argumentos falaciosos e que não condizem com a realidade brasileira.

Há também outro argumento de que houve grande avanço dos gastos públicos durante os governos do PT. Este argumento deixa de lado um fator muito importante: ele foi acompanhado de um crescente aumento da DPF. A Dívida Interna representava em 2009 49,7% do PIB, chegando a 50,3% em maio do ano passado¹⁸. Ou seja, a proporção da dívida em relação ao PIB manteve-se em torno de 50% nos últimos seis anos. Isso tem impacto direto sobre os gastos do governo, pois, como todos nós sabemos a taxa de juros no Brasil¹⁹ está sempre entre as mais altas do mundo, fazendo com que seu aumento eleve os gastos do governo com a amortização desta dívida. Fica evidente, portanto, que o país terá sérios problemas para pagar os serviços dessa dívida. Em outras palavras, estes gastos não irão se sustentar com uma taxa de juros de 14,25% ao ano e uma dívida bruta de R\$ 3,789 trilhões (setembro de 2015)²⁰. O argumento para manutenção deste cenário, *grosso modo*, é o seguinte: o pagamento dos juros é necessário para manter a “credibilidade” (inflação dentro da meta e geração de superávits primários fiscais, que garantem o pagamento dos juros da Dívida) do país com seus credores, o que contribui com a redução do risco-país (nota atribuída pelas grandes agências financeiras internacionais que classificam o risco de investimento em determinado país), não diminuindo desta forma o fluxo de capitais estrangeiros fundamentais para a manutenção do equilíbrio do Balanço de Pagamentos e para a “estabilidade macroeconômica”.

Fica claro a onde este discurso se encaixa: na manutenção dos lucros do grande capital

¹⁸ Os dados referentes à dívida líquida federal estão disponíveis em <http://www.bcb.gov.br/?SERIETEMP>

¹⁹ “29. O Copom, então, decidiu manter a taxa Selic em 14,25% a.a., sem viés, por seis votos a favor e dois votos pela elevação da taxa Selic em 0,50 p.p.” (Ata Copom 195ª Reunião, disponível em <http://www.bcb.gov.br/?COPOM195>).

²⁰ Dado disponível em <http://www.auditoriacidada.org.br/entenda-os-numeros-do-dividometro-e-do-estoque-da-divida/>.

financeiro nacional e internacional. Não nos aprofundaremos neste debate, pois não tenho o objetivo de aqui fazê-lo, entretanto, o fato é que: em nome do tripé macroeconômico (superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante) há uma grande transferência de renda, via estado (já que os superávits primários, que significam que o governo arrecadou mais do que gastou, possibilitando a acumulação de um saldo positivo nas contas públicas são utilizados em grande medida para o pagamento dos juros da dívida) para os rentistas. A prioridade do estado não são os gastos sociais²¹ – como o discurso dominante apresentando acima sustenta –, mas sim a manutenção da política econômica que garanta antes de tudo, a inflação dentro da meta e a geração e o pagamento dos serviços da Dívida Pública; se para isso o governo do PT tiver de tirar dinheiro da educação e saúde ele o fará, como o fez no ano passado. Esta é mais uma das contradições do Partido dos Trabalhadores: mantém um política de estado que prioriza o pagamento de juros da dívida a rentistas ao invés dos gastos sociais. Sem questionar em nenhum momento a validade desta dívida – seu desenvolvimento, de que forma ela foi adquirida e como chegou às proporções que chegou.

O último ponto defendido por Mercadante é que: a grande diminuição da pobreza e da exclusão se deu graças às políticas de transferência de renda realizadas pelos governos petistas²². Isso levou a uma queda no coeficiente Gini, que passou de 0,60 em 1996 para 0,52 em 2013²³. Filgueiras e Gonçalves fazem uma crítica precisa, chegando ao ponto central sobre a questão da desigualdade:

A concepção hegemônica no atual debate sobre as desigualdades econômico-sociais presentes na sociedade brasileira (...) embute inúmeras armadilhas teóricas, conceituais e políticas. O problema das desigualdades sai do âmbito da relação entre o capital e o trabalho – característica essencial da sociedade capitalista – para o âmbito exclusivo (interno) da classe trabalhadora e suas diferenças. (FILGUEIRAS e GONÇALVEZ, p.143, 2007).

As políticas sociais implementadas pelo governo petista, como o programa Bolsa Família, tiram do debate a questão central: como se dá a apropriação e a expropriação do valor excedente social (mais-valia) do capital em relação ao trabalho²⁴ na sociedade? Qual

²¹ “Nos primeiros cinco meses de 2015, o ajuste fiscal atingiu em cheio os investimentos públicos. Balanço feito pela associação Contas Abertas, com base nos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siaf), aponta que os investimentos da União, sem incluir as estatais, caíram de R\$ 23,79 bilhões, de janeiro a maio de 2014, para R\$ 14,44 bilhões em valores correntes deste ano, queda de 39,3%.” (Valor Econômico, disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/4098970/investimentos-da-uniao-diminuem-quase-40-em-2015> acessado 01/07/2015)

²² Ver Mercadante páginas 158 à 177.

²³ Fonte www.ipeadata.gov.br

²⁴ “Não foi o capital quem inventou o trabalho excedente. Toda vez que uma parte da sociedade possui o monopólio dos meios de produção, tem o trabalhador, livre ou não, de acrescentar ao tempo de trabalho

classe se apropria do valor social excedente? Em que medida? Esta é a questão central da economia política e deveria ser a de um partido que se diz defensor da classe trabalhadora.

Este discurso tem consequências práticas seríssimas, pois:

Ao se restringir as desigualdades ao âmbito dos rendimentos do trabalho, a busca de menor desigualdade (pelas políticas públicas) se restringe à redução das disparidades salariais e de outros rendimentos do trabalho, deixando de fora qualquer reforma que afete a distribuição da propriedade fundiária (rural e urbana), bem como a estrutura e o funcionamento do sistema financeiro. Ainda mais grave: a redução das desigualdades é sempre pensada a partir de um “nivelamento por baixo”, pois os segmentos da chamada classe média são identificados como ricos e privilegiados. (FILGUEIRAS e GONÇALVES, p.144-145 2007).

A crítica de Filgueiras e Gonçalves é extremamente acertada. A análise de que, as políticas públicas não podem se resumir a uma diminuição da desigualdade apenas dentro da própria classe trabalhadora toca na questão central da desigualdade. Todavia, contra isso defendem uma política de universalização – que têm de voltar novamente ao debate político do país, dado o rebaixamento que existe hoje onde a crítica perdeu o espaço. Só que os autores não percebem que mesmo essas políticas (que se assemelhariam ao estado de bem estar social europeu, dos anos 1950 e 1960) têm limites dentro do capitalismo, devido à sua própria necessidade de reprodução e acumulação, isto é, a classe capitalista tem de, necessariamente, reprimir o consumo da classe trabalhadora aumentando desta forma a massa total de mais-valia produzida e apropriada:

(...) A força de trabalho tem de incorporar-se ao capital como meio de expandi-lo; não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade um fator de reprodução do próprio capital.” (MARX, p. 724-725, 2013).

Na sociedade capitalista a acumulação e a reprodução do não produz apenas a mais-valia, não produz *só* a mercadoria, mas produz as relações capitalistas de produção. Produz de um lado, capitalistas e do outro, assalariados²⁵ (MARX, 2013). Esta reprodução, que tem como base a obtenção do lucro por parte dos capitalistas e salários por parte do proletariado, se condiciona dada a vontade daquele, já que são os capitalistas quem detêm o poder sobre os meios de reprodução material da vida. São eles quem determinarão os níveis de renda e

necessário à sua própria manutenção um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção” (Marx, “O Capital: O processo de produção do Capital”, Livro 1, volume 1, p.273).

²⁵ “Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica se concretiza e se dissimula, ao mesmo tempo, pela venda periódica de si mesmo, pela sua troca de padrões e pelas oscilações do preço do trabalho no mercado” (Marx, op.cit. p.681).

emprego na sociedade, de acordo com a queda ou o aumento de sua taxa de lucro. Essa contradição fundamental da sociedade – que se expressa em última instância na contradição entre valor de troca e valor de uso²⁶ – que condiciona toda a vida social, com base nas necessidades de uma classe, a classe burguesa, se reproduz no Brasil e impõe limites às políticas do estado sejam elas focalizadas ou universais. Nem Mercadante, nem Filgueiras e Gonçalves (cada um dentro de sua própria perspectiva analítica) percebem esta relação e as impossibilidades do capitalismo de “crescer e distribuir renda”; percebem menos ainda esta impossibilidade dentro do capitalismo dependente.

Entretanto, o discurso petista “prega” que houve uma distribuição nunca antes vista na história do excedente social, levando o Novo Desenvolvimentismo a um patamar de acumulação que tem como base o “social” como seu eixo estruturante. Novamente, pura ideologia. A razão entre salários/PIB não se altera um milímetro (ou 1% em 11 anos) durante os governos do Partido dos Trabalhadores. A proporção dos salários em relação ao produto social total (PIB) sai de 32,2% em 2000 para 33,2% em 2011²⁷, isso significa que, a parte apropriada do produto social total pela classe trabalhadora, via salários, manteve-se constante. A classe trabalhadora brasileira não se apropriou de maior parcela do excedente social, como defende o discurso dominante, pelo contrário, sua “fatia do bolo” permanece igual. Mesmo tendo no governo um partido que os carrega no nome, sua situação não muda radicalmente.

O índice de Gini, realizado com base na Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) feita pelo IBGE, subestima a renda do capital (juros, lucros e aluguéis) e mostra principalmente a distribuição dos rendimentos recebidos por trabalhadores autônomos e assalariados, ou seja, esse índice expressa, em grande medida, a distribuição intra-salarial da renda (FILGUEIRAS e GOLÇALVES, 2007) – os fatores que explicam essa diminuição são elevação do salário mínimo e os programas sociais, como o Bolsa Família. Não há, todavia, qualquer mudança estrutural na apropriação da riqueza dentro da sociedade capitalista brasileira, que tenha conseguido “romper com a inércia e irregularidade do crescimento e reverter a tendência à concentração de renda e à ampliação das desigualdades sociais.”. Os dados sobre a riqueza (patrimônios, bens e as grandes fortunas) são quase que inexistentes no Brasil, mas como vimos, não houve uma apropriação real do excedente econômico por parte da classe trabalhadora, nos levando a concluir que dificilmente a distribuição da riqueza tenha

²⁶ “Decorre, entre outras coisas, do antagonismo entre valor de uso e valor de troca, da impossibilidade de elevar o consumo dos ‘consumidores finais’ na mesma proporção em que aumenta a capacidade social de produção, sem uma redução substancial da taxa de lucros (...)” (Mandel “O capitalismo tardio”, p.310).

²⁷ Estes números foram elaborados com base nos dados do IBGE sobre o Sistema de contas Nacionais, Contas Econômicas - Total Economia, disponível em www.ibge.gov.br.

se alterado.

O estudo realizado pelos professores Marcelo Medeiros, Pedro HGF Souza e Fabio Avila de Castro, da Universidade de Brasília, procura “minimizar” os efeitos da PNDA nos estudos sobre a distribuição da renda no Brasil. Para isso, os pesquisadores utilizam os dados referentes ao imposto de renda para analisar a apropriação e a distribuição da riqueza referente àqueles indivíduos que se encontram no topo da pirâmide, os 10% mais ricos:

Nossa análise da distribuição de renda total entre indivíduos adultos em 2006, 2009 e 2012 é feita a partir da combinação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílios, que representam os 90% mais pobres da população, aos dados da Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda Pessoa Física, para os 10% mais ricos. Esses pontos de encaixe das duas distribuições poderiam ser alterados dentro de certos limites, mas as tendências gerais observadas não se alterariam substancialmente. Isso mostra que a concentração nos mais ricos determina uma parte muito grande do nível e do comportamento da desigualdade no Brasil. (MEDEIROS, SOUZA e AVILA, 2014, p.27-28).

Dois dados chamam muita atenção no estudo realizado pelos pesquisadores. O primeiro é sobre a apropriação da renda e o segundo sobre os limites inferiores dos estratos de renda no Brasil. Entre os anos de 2006 e 2012, 50% da população se apropriou de 11% do total do crescimento da renda no período, enquanto que no outro lado, 5% da população, se apropriou de 50% da renda no mesmo período²⁸. Os limites inferiores de renda para os estratos foram os seguintes: em 2006, 50% da população ganhava no mínimo 7.236 mil reais por ano. Este número passou para 9.661 mil reais por ano em 2012. Já a renda mínima em 2006, para 5% da população, era de 50.945 reais por ano, passando em 2012 para 71.055 mil reais por ano (MEDEIROS, SOUZA e AVILA, 2014, p.16). Esta aumentou quase 20 vezes mais que aquela! O rendimento mínimo de 0,01% da população era de 703.699 mil reais por ano, em 2006 e passou, no ano de 2012, para 984.512 mil reais por ano. Ou seja, a distância e a apropriação da renda, entre ricos e pobres, não mudou nos anos de 2006 a 2012. Isto demonstra como a afirmação de Mercadante é completamente falsa e duvidosa. Pois, afirmar que houve uma redução da desigualdade e da renda nunca antes vista na história, utilizando apenas dados como Índice de Gini e Renda Percapta, não sustenta uma tese de tamanha magnitude. A tese de que o “social passou a ser o eixo fundamental da acumulação no Brasil”, não passa de pura ideologia, quando a confrontamos com os dados e as estimativas para o período.

²⁸ “Por diferencial é possível ver ainda que aos 5% mais ricos coube metade do crescimento total e que o 1% se apropriou de 28% do crescimento, ou seja, cada pessoa da pequena elite formada pelo 1% mais rico da população apropriou-se de uma fração 127 vezes maior do crescimento da renda que as pessoas na metade mais pobre do país.” (Medeiros, Souza e Avila, “A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil 2006-2012”, p.17).

Apesar de subestimar a base da distribuição de renda (MEDEIROS, SOUZA e AVILA, 2014) – principalmente porque exclui uma parte da população como “sem rendimento”, equivalente ao erro de pesquisa, que para o ano de 2010 foi de 2,16% -, o Censo demográfico do IBGE possui uma maior capacidade de cobertura (MEDEIROS, SOUZA e AVILA, 2014), o que nos possibilita ter uma aproximação de como se distribuem os salários na economia brasileira.

O último Censo realizado em 2010, sobre o rendimento populacional, mostra que 61,16% da classe trabalhadora ganhava até dois salários mínimos, o que equivalia a R\$ 1.020,00. Quando comparamos este dado ao salário mínimo necessário calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), vemos que há uma enorme diferença entre ambos. O salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE em dezembro de 2010 era de R\$ 2.227,53, ou seja, mais de 60% da classe trabalhadora ganhava menos da metade do mínimo necessário à sua reprodução. Utilizando os dados de Medeiros, Souza e Avila, para o ano de 2012, o quadro não se altera. Em 2012, 75% da população ganhava entre R\$ 1.506,08 e R\$ 1.788,08 por mês (MEDEIROS, SOUZA e AVILA, 2014) e o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE em dezembro deste mesmo ano foi de R\$ 2.561,47. Este quadro demonstra como não houve uma distribuição da renda capaz de superar as contradições do capitalismo dependente brasileiro.

Outra grande diferença, apontada por Mercadante, do governo PT em relação a seus antecessores é o grande crescimento do consumo de massas realizado graças ao governo petista. O curioso é que a participação média do consumo das famílias em relação ao Produto Interno Bruto no período petista é de 60,44% (2003-2012), menor que a do período anterior (1994-2002) que é de 63,35%²⁹. Apesar de todas as políticas de crédito e a elevação do salário mínimo a participação do consumo das famílias em relação ao PIB diminuiu. A produção interna não tem como objetivo o consumo das famílias, já que em termos relativos sua participação vem diminuindo nos últimos vinte anos – não estou afirmando que não houve uma elevação do consumo das famílias em termos absolutos, mas apenas apontando para o fato de que: para que um consumo de massas se mantenha no longo prazo ele tem de estar acompanhado por uma produção que o sustente. Através destes dados podemos inferir que há uma separação na economia dependente, a produção interna não tem como objetivo o consumo e a circulação interna. Mais uma vez a dura realidade econômica faz desaparecer todo este mundo criado e colorido pelo governo do Partido dos Trabalhadores e seus

²⁹ Elaborados a partir dos dados levantados por IBGE (2015).

apologéticos.

Dentro do capitalismo uma das relações mais importantes é a exploração do trabalho, isto é, a classe operária trabalha além do necessário para a sua reprodução material. Este tempo de trabalho excedente é apropriado pela classe que detêm os meios de produção (burguesia) e que o utiliza para sua própria reprodução material, acumulando aquilo que não venha a ser consumo. Essa contradição mantém de um lado, explorados (trabalhadores) e do outro, exploradores (capitalistas). Calcular essa relação no Brasil é extremamente difícil, principalmente, pela falta de dados. Por isso, tentei construir um dado que chegasse próximo a ela, expressando-a concretamente.

Uma das formas pela qual o capital pode aumentar a exploração sobre a classe operária é elevando a produtividade do trabalho, via um aumento na intensificação do uso da força de trabalho. Utilizando os dados do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), calculei, para o setor industrial (indústria de transformação e extrativista) brasileiro, um índice de produtividade do trabalho, que nos ajuda a entender como funciona o mecanismo da exploração do trabalhador em nossa economia.

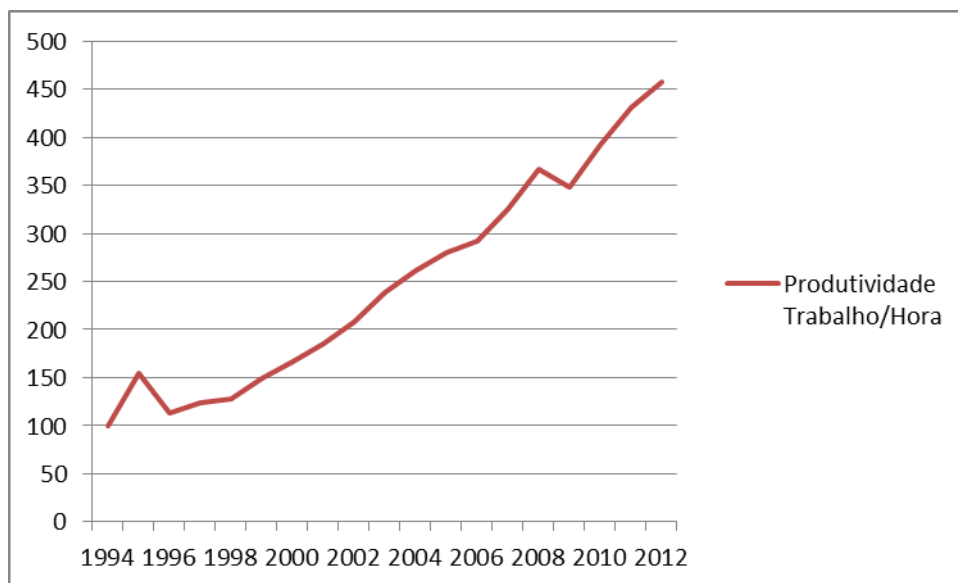
Para calcular a produtividade do trabalho setor industrial subtrai aquilo que é consumido durante o processo produtivo (FBCF e matérias primas auxiliares e componentes) do Valor Bruto da Produção, “sobrando” apenas o valor que o trabalhador adicionou à produção total. Em seguida dividi este valor pelo produto do total de trabalhadores contratados ligado a produção e o número de horas efetivamente trabalhadas no ano. Chegando assim a produtividade do trabalho por hora³⁰. Partindo deste resultado calculei um número índice de base fixa, que tem como base o ano de 1994. No gráfico seguinte fica claro que a produtividade do trabalho vem crescendo nos últimos vinte anos.

Ao confrontar estes dados com a variação dos componentes maquinário, equipamentos e veículos que fazem parte da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), percebe-se que há um aumento da produtividade do trabalho, mas, sem uma contrapartida no melhoramento do sistema produtivo – já que a produtividade do trabalho é crescente, enquanto que a participação de máquinas e equipamentos, em relação ao total daquilo que foi investido em FBCF, é extremamente inconstante, chegando a cair em muitos anos, como veremos em

³⁰ Este dado possui um problema. O dado sobre o número de horas efetivamente trabalhadas, disponibilizado pelo IBGE tem como início da série o ano de 2002 e são utilizadas como amostra apenas as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre. Por isso tive de partir de duas hipóteses: 1) que não se trabalhou mais nos anos anteriores, mais que a média total do período (2002-2012); 2) e que o número de horas trabalhadas é o mesmo para todo o território nacional. Sei o quanto são fortes estas hipóteses, mas infelizmente, é o que pode ser feito com o que temos de dados.

nossa próxima seção. Ou seja, intensificou-se a utilização da força de trabalho (via aumento de horas trabalhadas, através das horas extras, ou na mesma jornada se exigiu uma maior quantidade de produtos) aumentando a intensidade do trabalho, o que significa concretamente um aumento da exploração da classe trabalhadora do setor industrial. Portanto, esta é outra barreira que o governo petista se quer passou perto de superar e que marca o capitalismo dependente brasileiro.

Gráfico 2: Índice de Produtividade do trabalho/Hora para as Indústrias Extrativistas e de Transformação (1994=100)



Fonte: Pesquisa Industrial Anual, IBGE. Elaboração Própria.

Os dados levantando neste trabalho, sobre o período em questão, corroboram com a tese desenvolvida por Marini sobre a *superexploração* da força de trabalho. Para compensar a transferência de valor, que se dá através do mercado mundial e do sistema financeiro, as nações subdesenvolvidas que são desfavorecidas por esta apropriação têm de lançar-se sobre uma maior exploração da força de trabalho, com intuito de aumentar a massa total de valor produzido, impedindo desta forma uma queda na taxa de mais-valia. Existem três formas pelas quais a classe capitalista pode violar o valor da força de trabalho, elevando desta forma a taxa de mais-valia e de lucro: 1) aumento total da jornada de trabalho; 2) aumento da intensidade do trabalho; 3) remunerando a força de trabalho abaixo de seu valor. Esta é a característica fundamental da *superexploração* (MARINI, 2005). Como vimos, ao longo deste trabalho, a economia brasileira cumpre dois destes requisitos. Por conseguinte, a *superexploração* da força de trabalho ainda é a base da reprodução do capital na economia

brasileira.

Nova Divisão Internacional do Trabalho e a economia dependente

Uma das principais deficiências teóricas do Novo Desenvolvimentismo reside no fato de que ele não percebe como se dá a inserção dos países dependentes na nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Com o desenvolvimento das forças produtivas – consequência da terceira revolução tecnológica – o capitalismo atingiu outro patamar em sua história; agora os superlucros tecnológicos são umas das principais fontes de acumulação para o capital em nível global³¹. Para manter esta importante fonte de lucro, o capital precisa adequar o mercado, consolidando uma estrutura que esteja de acordo com suas novas necessidades. Este novo momento histórico do capitalismo trará algumas mudanças para determinadas economias periféricas.

As economias que tinham as condições materiais mínimas (mão de obra assalariada, estabilidade política mínima, mercado capaz de liberar mão de obra suficiente, etc.) iniciaram seu processo de industrialização a partir das primeiras décadas do século XX. Esse processo muda a reprodução do capital nestas economias em dois sentidos: primeiro, cria-se a necessidade de importar tecnologia e capital-maquinário dos principais centros tecnológicos mundiais – que são quem detêm o monopólio deste tipo de produção –; segundo, o aumento na demanda por matérias-primas mais baratas no centro do sistema faz com que a periferia se torne a grande fornecedora destas mercadorias. Consolida-se desta forma, uma nova Divisão Internacional do Trabalho, onde, além de fornecer o capital circulante necessário à produção industrial no centro do sistema, alguns países periféricos adquirem parte da produção de capital-maquinário e dos produtos de alta tecnologia produzidos pelos países centrais. A automatização da produção e a terceira revolução tecnológica mudam, qualitativamente, a inserção dos países periféricos no mercado mundial.

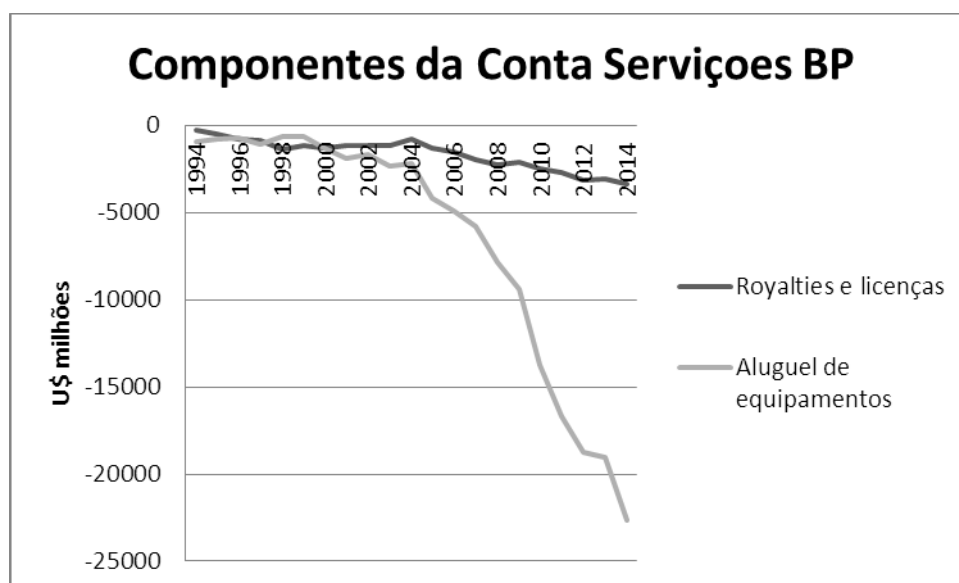
Essa configuração descrita por Marini não se alterou. Não há um desenvolvimento industrial autônomo nos países periféricos porque, o mesmo não é possível dado o novo

³¹ “As rendas tecnológicas são superlucros derivados da monopolização do progresso técnico – isto é, de descobertas e invenções que baixam o preço de custo de mercadorias mas não podem (pelo menos a médio prazo) ser generalizadas a determinado ramo da produção e aplicadas por todos os concorrentes devido à própria estrutura do capital monopolista: dificuldades de entrada, dimensões do investimentos mínimo, controle de patentes, medidas cartelizadoras, e assim por diante. Nesse sentido, a superprodução latente de bens de consumo na época do capitalismo de livre concorrência e o capital excedente em estado latente da era do imperialismo dão lugar, na fase do capitalismo tardio, à *superprodução latente de meios de produção* enquanto forma predominante das contradições econômicas capitalista, embora evidentemente combinada com essas duas outras formas.” (Mandel, “O capitalismo tardio”, p.135).

arranjo produtivo que se firmou no capitalismo contemporâneo. Isto é, não se trata de deficiência interna, ou de algum tipo de revolução burguesa “mal sucedida” nas economias dependentes; sua origem encontra-se na nova configuração do mercado mundial capitalista, que por sua vez é consequência do próprio desenvolvimento histórico de suas forças produtivas. Mandel analisa este processo a partir de suas bases materiais, ou seja, este novo estágio do capitalismo, caracterizado pelo controle e domínio da ciência e da tecnologia é necessário para que o capital consiga se reproduzir enquanto sistema de dominação mundial. Com o avanço das forças produtivas, possibilitado pela terceira revolução tecnológica, o capital cria um abismo entre os países, deixando de um lado aqueles capazes de produzir mercadorias de alta tecnologia e do outro, aqueles que dependem da produção das mesmas. Alguns dados serão suficientes para demonstrar como esta relação se expressa concretamente.

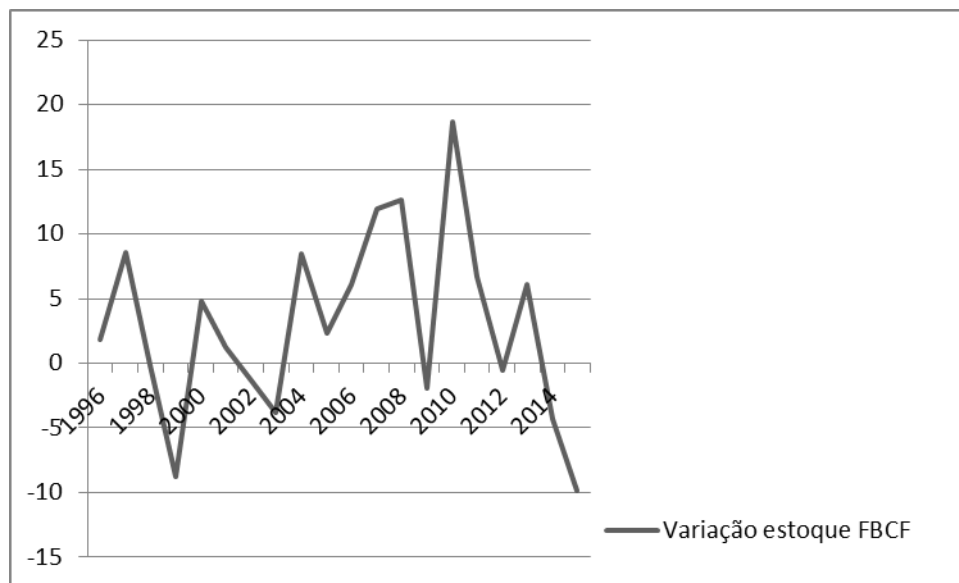
O primeiro dado que chama atenção é o aumento significativo que a conta Aluguel de Equipamentos passa a ter na conta de Serviços, principalmente a partir de 2004, fazendo com que o déficit do país seja cada vez maior. Há um pagamento constante de alugueis de equipamentos de estrangeiros na economia brasileira, isso mostra uma dependência do país em relação a este tipo de serviço. Este problema de reprodução que o país possui também pode ser visto na variação dos “acréscimos ao estoque de bens duráveis, destinado ao uso das unidades produtivas, visando o aumento da capacidade produtiva do país” (IBGE, 2015), para o período 1996-2015. O gráfico a seguir, deixa bem claro como o investimento que tem como finalidade o aumento da capacidade produtiva no país é extremamente volátil, chegando a ser negativo em oito dos vinte anos da série.

Gráfico 3: Aluguel de equipamentos, Royalties e Licenças (US\$ Bilhões)



Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Gráfico 4: Variação no volume dos acréscimos ao estoque de FBCF (% , em relação ao ano anterior)



Fonte: IBGE, elaboração própria. Obs: o dado disponível é trimestral, fez-se uma média dos trimestres em cada ano; para o ano de 2015 os dados são referentes aos dois primeiros trimestres.

Ou seja, o fluxo de capital fixo do país diminui oito vezes em relação ao ano anterior durante o período 1996-2015. A média da variação para o período é de apenas 2,93%, isso significa que a economia brasileira, em termos de produtividade, manteve-se praticamente constante ao longo dos últimos dezenove anos. Os dados sobre a variação de máquinas e equipamentos e veículos, variáveis que compõem a FBCF, também demonstra essa tendência. Neste dado fica evidente como em vários anos a participação destes componentes é bastante baixa em relação ao total daquilo que se investe em FBCF no Brasil. Até 2002, observa-se uma tendência de queda; em 2003 há um início de recuperação – mesmo assim, em nenhum dos anos, houve um aumento na participação destes componentes que tenha chegado ao mesmo nível de 1995 ou 1997 – mas, novamente, em 2009, a participação começa a cair, chegando em 2014 a apenas 33,1%, ou seja, um aumento de apenas 4% em vinte anos (IBGE, 2015).

Há, portanto, um problema de produtividade na economia brasileira ligado diretamente à produção de máquinas e equipamentos, pois, como vimos na seção anterior, a produtividade do trabalho é crescente, o que não aumenta é seu componente fixo. Esta realidade é fruto do baixo desenvolvimento tecnológico que a economia brasileira possui (os dados presentes neste trabalho, sobre investimento em Pesquisa e Desenvolvimento e registro de patentes confirmam esta tendência) e que por sua vez é condicionada pela nova DIT. Para

os países periféricos ficam reservadas as etapas mais atrasadas do desenvolvimento tecnológico e produtivo, ao mesmo tempo em que, sua produção e desenvolvimento passa a ser exclusividade das economias centrais. Ao olharmos para as exportações e importações brasileiras esta realidade torna-se ainda mais gritante.

A tabela a seguir mostra como a participação dos produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica, em nossas importações de bens da indústria de transformação, é de quase 60% ao longo do período. Nossas exportações apresentam movimento oposto, 40% daquilo que exportamos fazem parte dos produtos de baixa, ou baixa-média intensidade tecnológica. A dependência do país em relação aos bens industriais de alta e média alta intensidade tecnológica é quase que total, - quando olhamos para as exportações e importações brasileiras nos últimos 19 anos - já que importamos muito e exportamos muito pouco destes produtos.

Tabela 3: Exportações e Importações brasileiras de acordo com o nível tecnológico dos produtos* (%)

Ano	Exportações				Importações		
	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Média-Alta2	Alta2	Total
1995	36,7	20,1	22,4	3,7	41,4	17,5	58,9
1996	35,7	17,7	11,8	4,3	38,9	19,3	58,2
1997	32	17,2	24,8	4,9	42,2	19,2	61,4
1998	31,3	16,3	25,4	6,3	44	19,7	63,7
1999	32,6	16,3	22,7	8,5	42,4	22,1	64,5
2000	29,1	16,9	23,2	12,2	38,6	23,5	62,1
2001	31,4	15,4	21,2	1,7	41,6	23,4	65
2002	31,5	16,1	21,4	9,8	42,2	22,1	64,3
2003	31,7	16,8	22,9	7	41,6	21,6	63,2
2004	30,3	18,1	23,1	6,9	39,6	22,5	62,1
2005	28,3	17,5	24,5	7,4	38,8	23,3	62,1
2006	27,7	18,1	23,6	6,8	36,6	23,2	59,8
2007	27	18	22,7	6,4	38,8	20,8	59,6
2008	25,8	17,4	20,02	5,8	40,6	19,2	59,8
2009	28,4	14,5	17,7	5,9	42,1	21,4	63,5
2010	26,3	12,9	17,9	4,7	41,5	19,6	61,1
2011	24	13,4	16,6	3,8	42	17,5	59,5
2012	24,6	14	16,7	4,1	42,6	17,6	60,2
2013	24,6	15,6	16,4	4	42,3	17,4	59,7
2014	25,5	15,2	15,3	4,3	41	17,6	58,6

Fonte: Carta IEDI n.665. Elaboração própria.*Produtos da indústria de transformação.

Portanto, a terceira revolução tecnológica, nos distanciou ainda mais dos avanços produtivos que ela mesma criou. Estes avanços são exclusividade dos países centrais e resultado do próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção e de suas

contradições, que por sua vez, engendram as contradições do mercado mundial e estabelecem as relações de dependência entre os países. Para alguns países periféricos, estas contradições manifestam-se no fato de que: desenvolve-se a necessidade por produtos de alta tecnologia, ao mesmo tempo em que se impede o acesso à sua produção; além disso, todo o avanço técnico e produtivo que o mundo presenciou a partir de meados do século passado não teve como resultado um aumento da produtividade do trabalho, via aquisição de máquinas e equipamentos para estes países. O Novo Desenvolvimentismo e a tese de Mercadante passam muito distante desta realidade.

A crise que se apresenta hoje para as classes sociais no Brasil – aumento do desemprego e da inflação, e queda do PIB – levou parte daqueles que defendiam o Novo Desenvolvimentismo, e, por conseguinte, as políticas adotadas pelo Partido dos Trabalhadores e seus representantes, à elaboração de um texto intitulado “Por um Brasil Justo e Democrático”³². Neste documento, os autores realizam uma série de críticas e sugestões sobre o atual cenário político e econômico do país. Todavia, o documento não avança nos principais aspectos da dependência e, assim como Mercadante, deixa de lado algumas questões fundamentais.

Do mesmo modo que,

Economistas liberais, setores do mercado e a grande imprensa passaram a atribuir a perda do dinamismo econômico, que se intensificou em 2014 exclusivamente aos “excessos da intervenção” estatal. Esquecem, em suas análises, dos diversos fatores estruturais que limitam a possibilidade de expansão do parque produtivo nacional. (POR UM BRASIL MAIS JUSTO E DEMOCRÁTICO, p. 21).

O documento também “esquece” alguns aspectos estruturais da economia brasileira. Por exemplo, uma das propostas do documento é de reduzir a taxa de juros (Selic). Isso diminuiria a pressão sobre os gastos do governo, pois haveria uma queda nas despesas e nos serviços da Dívida Pública Federal. Esta redução aumentaria os gastos do governo, o que elevaria o crescimento, estimulando assim, a queda no desemprego. Pois bem, o governo Dilma de fato tentou fazê-lo; em setembro de 2012, reduziu a taxa Selic, e manteve-a num patamar muito abaixo de seu patamar histórico, até abril de 2013³³. Qual foi o resultado? Houve uma fuga de capitais do país (ver tabela Balanço de Pagamentos) e o país apresentou déficit no Balanço de Pagamentos (BP) em 2013, algo que não ocorria desde 2000. Ou seja, dada a atual estrutura do BP na qual a manutenção da abertura financeira é a regra, uma queda

³² Disponível em http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/porumbrasiljustoedemocratico-vol-01_0.pdf.

³³ Dados disponíveis em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=getPagina>.

muito brusca na taxa de juros, significa um problema de divisas para o país, pois começaram a sair mais dólares do que entrar. Esta estratégia – a queda da taxa de juros - surtiu algum efeito na indústria brasileira? As políticas implantadas pelo governo petista tiveram algum efeito neste sentido? Como discutimos nesta seção o efeito foi nulo e a dependência do país e sua posição na nova DIT perpetuaram-se ao longo de todos os governos do Partido dos Trabalhadores.

Estas contradições, estruturantes da economia brasileira, não são levadas as suas últimas consequências no documento “Por um Brasil Justo e Democrático”, isto é, não se percebe que os limites da indústria e do crescimento brasileiro impostos pela nova DIT, são furtos do próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção em escala mundial. O documento também não percebe que esta crise tem início em nosso Balanço de Pagamentos e nos déficits comerciais que o país vem apresentando desde 2014.

Mesmo este Novo Desenvolvimentismo mais “atualizado” não consegue perceber que, a dependência brasileira do mercado capitalista mundial, se dá de forma hierarquizada em relação aos países centrais e não apenas pelo abismo tecnológico e produtivo que existe entre ambos, mas, também pela grande quantidade de renda que o país envia ao exterior através da conta de Serviços e Rendas. O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo aprofundou ainda mais a relação de dependência entre a periferia e o centro do sistema, consolidando outro mecanismo de extração de valor, que flui das economias periféricas para os países centrais. Este tema é completamente negado e não aparece no debate do Novo Desenvolvimentismo.

Conclusão

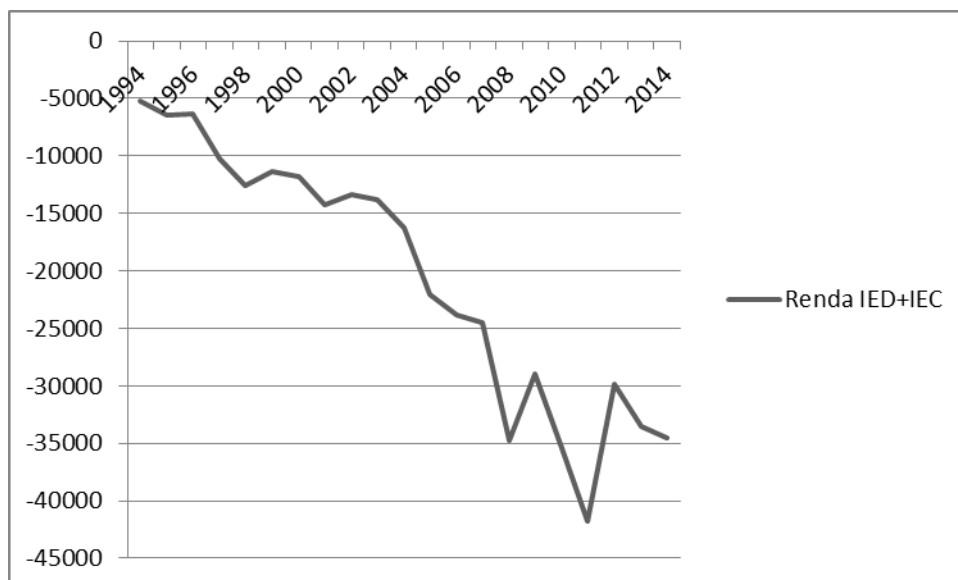
A partir de nossa exposição podemos concluir que: a mudança do Novo Desenvolvimentismo, que tem como eixo estruturante o social, não “representa (...) uma ruptura com o padrão de acumulação histórico do país, caracterizado pela concentração e exclusão” (MERCADANTE, 2010). Pelo contrário, ela se insere dentro do padrão capitalista de concentração e reprodução da classe trabalhadora enquanto classe submetida às vontades do capital, mantendo-a longe de qualquer tipo de emancipação das contradições do capitalismo dependente. E o que é ainda pior, cria um discurso ideológico, via políticas sociais, que “domestica” o movimento de massas de caráter transformador, que invariavelmente surge dentro da própria luta de classes. O Partido dos Trabalhadores se tornou um partido de apologeticos; defendem um partido que, historicamente prometeu

realizar todas as reformas estruturais necessárias à emancipação política e econômica da classe trabalhadora, mas que as abandona, para sustentar-se numa redução das desigualdades sociais, que não passam apenas de uma transferência de renda dentro dessa mesma classe.

Os outros aspectos levantados por Mercadante (saúde, educação, cultura, moradia, saneamento básico e meio ambiente) não serão aqui tratados dados os limites deste trabalho, entretanto, o próprio autor reconhece que há muito que se fazer em relação a estas políticas, e que o que foi feito até agora não resolve o problema³⁴.

Além dos dados trazidos neste trabalho há outro que chama muito atenção: a quantidade de renda enviada ao exterior via sistema financeiro. Essa nova configuração da dependência, que se consolidou ao longo dos últimos vinte anos, caracteriza-se como uma grande transferência de valor que vai da periferia para o centro do sistema via sistema financeiro. Dentro deste cenário não existe qualquer ruptura das relações de dependência, pelo contrário, elas se modificam e transformam. Uma análise mais precisa sobre este tema ainda é necessário. Mas fato é: o desenvolvimento do sistema financeiro, consequência do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, teve como resultado um aprofundamento ainda maior das relações de dependência entre as nações centrais e periféricas. Neste sentido, a tese do Novo Desenvolvimentismo é completamente falha, pois, nem ao menos problematiza o tema. O gráfico a seguir mostra como se dá essa evolução para o caso brasileiro.

Gráfico 5: Renda enviada ao Exterior, IEC+IED (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central, elaboração própria.

³⁴ Ver Mercadante op.cit páginas 265 a 404.

Por fim, o ajuste fiscal, realizado ao longo de 2015 e que continuará em 2016, pelo governo petista deixa claro suas contradições e leva o Novo Desenvolvimentismo a uma crise teórica. Dois movimentos são bastante significativos e que mostram as fragilidades e as insuficiências desta nova corrente de pensamento brasileira. Um deles é o do próprio Mercadante que agora, como Ministro da Educação, apoia o ajuste como sendo necessário à retomada do crescimento, da renda e do nível de emprego; obviamente esta defesa entra em total contradição com sua tese. O outro deles é o documento “Por um Brasil Justo e Democrático”. Apesar de os autores reconhecerem que o ajuste fiscal vai de encontro com uma das bases fundamentais do Novo Desenvolvimentismo, o “social como eixo estruturante”, o documento não crítica a nova DIT, o monopólio da ciência e da tecnologia por parte dos países centrais e a atual estrutura do mercado financeiro – por onde se expropria/apropria parte do valor gerado nas economias dependentes. Não há um debate sério e um questionamento crítico sobre estes pontos. Reside aqui a principal limitação do Novo Desenvolvimentismo e seus teóricos e que no momento da crise aparece de forma mais clara.

Referências

MANDEL, Ernest. **O capitalismo Tardio**. 2ª edição. São Paulo: Editora, Abril S.A. Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta, STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, volumes I, o processo de produção do capital. Edições 27ª Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010.

MEDEIROS Marcelo; SOUZA, Pedro HGF; CASTRO, Fabio Avila. **A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisa domiciliares**, 2014.

MERCADANTE, Aloizio Oliva. **As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula**, 2010.

PAULANI, Maria Leda; BRAGA, Márcio Bobik. **A nova contabilidade Social**. 3ª edição. São Paulo: Ed, Saraiva, 2010.

PEREIRA, Bresser. **O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo**. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/novodesenvolvimentismo.asp>

_____. **O Novo Desenvolvimentismo**. Folha de São Paulo, 17/09/2004. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/novodesenvolvimentismo.asp>

PEREIRA, Bresser; GALA, Paulo. **Macroeconomia estruturalista do Novo Desenvolvimentismo**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 4 (120), pp. 663-686, outubro-dezembro/2010.

Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/novodesenvolvimentismo.asp>

POR UM BRASIL JUSTO E DEMOCRÁTICO. Volume I, 2015.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renault. **Por que novo-desenvolvimentismo?** Revista de Economia Política, vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007

SILVA, Ludovico. **A mais-valia ideológica**. Florianópolis: Ed, Insular, 2013.

WIPO. World Intellectual Property Indicator 2014. Disponível em http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_941_2014.pdf.